



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 5 • nº 21 • 29/06 a 05/07/08 • ISSN1809-6182

Análise

01/07/2008 – A inflexão da política externa brasileira para o Sul e o Fórum IBAS.....p.01

Desde o início, o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem priorizando o eixo Sul-Sul como proposta de condução da política externa, neste contexto acredita-se que o Fórum IBAS se apresenta como uma simbólica representação desta estratégia.

Resenha

01/07/2008 – Centenário da imigração japonesa no Brasil..... p.06

Imigrantes japoneses vieram para o Brasil no começo do século XX devido ao grande crescimento populacional e a economia decadente no Japão, além da necessidade de mão-de-obra no Brasil.

A inflexão da política externa brasileira para o Sul e o Fórum IBAS

Análise
Integração Regional / Desenvolvimento
Joana Laura Marinho Nogueira
01 de julho de 2008

Desde o início, o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem priorizando o eixo Sul-Sul como proposta de condução da política externa, neste contexto acredita-se que o Fórum IBAS se apresenta como uma simbólica representação desta estratégia.

A priorização de parceiros localizados no eixo Sul não é novidade na política externa brasileira (doravante PEB). Durante a década de 1960, o Brasil tentava inserir os países do Sul como parceiros privilegiados nas relações exteriores, numa estratégia inovadora denominada de Política Externa Independente¹ (PEI).

Inicialmente a escolha desta estratégia significava a afirmação da proposta de autonomia e independência do Brasil frente aos constrangimentos impostos pelo sistema internacional que, à época, funcionava sob a liderança de duas potências. Estas representavam dois blocos econômico-ideológicos, a saber: Estados Unidos da América (EUA), líder do bloco capitalista, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas² (URSS), comandando o bloco socialista.

O sistema internacional baseava-se nesta divisão bipolar e exigia dos países a escolha político-ideológica de um dos lados. Todavia, em 1955, em Bandung,

Indonésia, alguns países reuniram-se para contestar esta estrutura, no que se tornaria o ponto inicial do Movimento dos Países Não Alinhados³. Este movimento internacional ganhou importância e teve a década de 1970 como período de grande representação de sua ideologia, sendo o processo de descolonização da África seu contexto mais expressivo.

No Brasil, esta estratégia de universalização pragmática das relações exteriores foi incluída desde o princípio na PEI. Repetiu-se a proposta do governo Geisel (1969-1974), tendo sido, posteriormente, reeditada no governo Itamar Franco (1992-1993) e, mais recentemente, surge como projeto principal da política externa do governo Lula da Silva iniciado em 2003.

Portanto, a busca pelo incremento das relações com países em desenvolvimento tem sido regularmente utilizada pelos formuladores da PEB, como forma de diminuir a dependência do Brasil frente aos EUA, bem como significa que com o

¹ Política lançada no governo de Jânio Quadros em 1961 buscando maior autonomia e independência nas relações exteriores do Brasil.

² A URSS era uma federação com 15 países que foi extinta logo após o final da Guerra Fria, em 1991. Surgiram de sua separação Repúblicas independentes como: Rússia, Ucrânia, Lituânia, entre outros.

³ Movimento que reunia países em desenvolvimento na busca por independência das relações com os blocos econômicos que controlavam a política internacional na época. Tinha como principais representantes o Primeiro-Ministro Nehru, da Índia, juntamente com os Presidentes Sukarno da Indonésia e Nasser do Egito.

aumento do número de países em interação é possível que as vulnerabilidades sistêmicas possam ser mitigadas.

O governo do Presidente Lula da Silva, privilegia as relações com o eixo do sul sob dois aspectos. Primeiro para multiplicar os parceiros comerciais do país, diversificando as possibilidades de cooperação e ganhos econômicos e comerciais. O segundo aspecto está relacionado ao fato de que estas alianças possibilitam alterações no contexto decisório do sistema internacional, ou seja, a partir da união política dos países com interesses comuns, resultados mais favoráveis a todos poderão ser obtidos.

Destaca-se ainda que esta proposta de inserção internacional, voltada ao relacionamento com o eixo Sul-Sul, opera-se em duas frentes: uma em direção à América do Sul e outra direcionada às potências regionais (ou potências médias)⁴.

Para a América do Sul, a atual política externa também se subdivide em dois blocos de ação estratégica. Um privilegia o Mercosul com ampliação do bloco, incremento do relacionamento entre os membros e criação e fortalecimento de instituições supranacionais [ver também: [A Venezuela no Mercosul](#)]. No outro eixo concentra-se a integração regional mais ampla, que inclui a proposta da criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) [ver também: [Assinatura do Tratado Constitutivo da Unasul](#)].

Já a estratégia direcionada à cooperação com países do sul de relevante importância no sistema internacional se dá através de acordos bilaterais ou multilaterais e ainda através de mecanismos regionais como as Cúpulas:

América do Sul países Árabes (ASPA) [ver também: [Cúpula América do Sul - Países Árabes](#)] e a América do Sul África (ASA). Insere-se também como parte desta estratégia o Fórum Trilateral de Diálogo Índia - Brasil - África do Sul - IBAS⁵ e, esta iniciativa interessa em particular como modelo estratégico de consolidação dos objetivos da PEB.

O Fórum IBAS foi criado em 2003, pela “Declaração de Brasília”, resultado de uma Reunião Ministerial, em que participaram os Chanceleres dos três países membros. A confluência de objetivos e interesses em comum entre os países favoreceram a criação do IBAS, apesar de haver críticas quanto à falta de sinergia entre os Estados, por esta razão a proposta do Fórum parecia inviável.

Entretanto, desde 2003 nota-se contínuo e significativo crescimento político do relacionamento entre os membros. E, apesar de ainda serem considerados incipientes os resultados da cooperação do Fórum, a aposta feita pelos três Estados simboliza a tentativa de um novo equilíbrio sistêmico.

As propostas de ação do IBAS são: cooperação entre membros intra-fórum visando intercâmbios técnicos e comerciais; cooperação entre terceiras partes (países em desenvolvimento); e cooperação política objetivando o rearranjo sistêmico de modo a encontrar um novo equilíbrio de poder. Desta maneira, poderíamos considerar o IBAS como um modelo, em que características das propostas de ação exterior do governo Lula da Silva ficariam explícitas.

Quanto à priorização do eixo Sul-Sul, a escolha de Índia e África do Sul é apropriada em termos estratégicos, visto a extensão territorial e a força econômica de ambos os Estados. Possibilitando, por conseguinte, que a coalizão produza ganhos externos de força política e, internamente as economias participantes

⁴ As Potências Médias ocupam uma posição intermediária no sistema internacional e participam intensamente dos sistemas regionais e sub-regionais onde se encontram (SENNES, 2003).

⁵ Vide glossário.

do arranjo político sejam fortalecidas.

Destaca-se também que todos são países de grande importância em suas regiões geográficas (América, África e Ásia), o que favorece a aliança no sentido de possibilitar ganhos para as regiões geográficas e em especial aos três países quanto à sua posição no sistema.

Considerando o caráter universalista proposto pelos formuladores da atual política externa, o IBAS representa esta estratégia quando consideramos a localização geográfica e as diferenças culturais encontradas nos países participantes do Fórum.

Ainda cabe ressaltar o caráter desenvolvimentista da atual PEB, que pode ser expresso também ao se observar as propostas de ação do Fórum IBAS. Neste sentido, é possível destacar a proposição brasileira para a diminuição das desigualdades internacionais, evidenciada logo nos primeiros anos do governo do Presidente Lula da Silva, especialmente, pelo discurso contra a pobreza na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2003.

Sobre este aspecto o Fórum apresenta o Fundo IBAS de combate à pobreza mantido a partir de doações dos países membros e têm projetos implementados em terceiros países, localizados nas respectivas regiões geográficas dos membros. No momento, existem projetos no Haiti e na Guiné-Bissau, com propostas para ampliação ao Laos, Burundi e para a região da Palestina.

Já a cooperação entre os membros se dá via intercâmbios técnicos, científicos e tecnológicos através do desenvolvimento de políticas de compartilhamento de informações, que visam o incremento das trocas técnicas e comerciais entre os membros, fortalecendo as respectivas economias.

Neste aspecto, estima-se que em 2010 o intercâmbio comercial intra-fórum esteja

em torno de US\$ 15 bilhões de dólares. Esta estimativa baseia-se no aumento do fluxo comercial a contar do início do grupo, visto que desde sua criação dobraram os valores das trocas comerciais entre o Brasil, Índia e África do Sul.

No âmbito técnico e científico foram assinados memorandos de entendimentos de intercâmbios tecnológicos para cooperação na área de saúde, especialmente, no que diz respeito a medicamentos destinados a pacientes com AIDS.

Também, destaca-se a cooperação na área de biocombustíveis, uma vez que o Brasil domina a tecnologia produtiva e interessa aos três membros o desenvolvimento de fontes renováveis e alternativas na produção de energia. A Índia, em particular, preocupa-se quanto à necessidade de diversificação da matriz energética, haja vista o tamanho de sua população de mais de 1,04 bilhão de habitantes e um consumo de aproximadamente 690 TWh (Tera Watt por hora)⁶ ao ano [ver também: [A questão da energia: a perspectiva brasileira](#)]. Neste sentido o país criou um ministério específico para coordenar políticas de desenvolvimento de energias renováveis.

Outra aposta dos três estados para o setor energético se dá pela cooperação técnica sobre recursos eólicos, ou seja, produção de energia através do vento. Tanto os biocombustíveis, quanto a energia eólica são temas desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho⁷ de energia. Todavia, importa dizer que não faz parte dos acordos de cooperação o tema nuclear, visto que a

⁶ A título de comparação o Brasil consome cerca de 400 TWh ao ano, enquanto a África do Sul tem consumo de 244 TWh ao ano, sendo 75% produzidas via carvão mineral. (Fonte: Agência Internacional de Energia, dados de 2005)

⁷ O intercâmbio técnico se dá especialmente através dos Grupos de Trabalho, que reúnem delegações dos três países mantendo contato direto, reunindo-se periodicamente. Atualmente o IBAS tem 16 Grupos de Trabalho.

sensibilidade do tema, cabendo ressaltar que a Índia detém artefatos nucleares e tecnologia para a produção dos mesmos.

Já quando se considera a proposta para democratização dos organismos internacionais, juntamente com a busca de um novo equilíbrio sistêmico, o Fórum IBAS ou G-3, como também é conhecido, transforma-se em outros grupos como o G-20⁸, G-24⁹ agregando outros países agindo em cada uma das esferas em prol dos interesses do grupo ao qual representam.

Pode-se afirmar que antes da criação do IBAS, os encontros dos três países em diversas arenas multilaterais possibilitaram a criação do Fórum. Interesses coincidentes quanto à propriedade intelectual e liberação do comércio agrícola na Organização Mundial do Comércio foram arenas propícias à efetivação do grupo. Destaca-se, ainda, a proposta de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas em que há uma busca pela regionalização dos assentos, sendo que Brasil, Índia e África do Sul apresentavam-se como candidatos.

A Estrutura política do IBAS está dividida em três níveis institucionais. No topo reúnem-se os chefes de estado dos três governos em Cúpulas Presidenciais cuja periodicidade é variável, tendo sido realizadas duas Cúpulas: uma em Brasília em 2006, outra em Johannesburgo, África do Sul, em 2007.

Num segundo plano político ocorrem encontros ministeriais em que se reúnem os Ministros das Relações Exteriores dos três países, tendo sido a última reunião realizada em Somerset West, África do Sul em maio de 2008.

Ainda ocorrem encontros entre as burocracias governamentais através dos

Pontos Focais¹⁰ de cada uma das Secretarias de Estado. Na esfera da burocracia brasileira, ou seja, no organograma institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o IBAS localiza-se institucionalmente na Subsecretaria-Geral Política II (SGAP II), dentro do Departamento de Mecanismos Regionais (DMR), sob a estrutura da Divisão do IBAS (DIBAS).

Sob a estrutura estratégica de condução política através de mecanismos regionais de geometria variável¹¹ o governo brasileiro aos poucos vai direcionando para o Sul o viés estratégico da condução de sua política externa. Sob este aspecto o Fórum IBAS vem sendo conduzido como modelo experimental desta estratégia. Os resultados, no entanto, ainda não puderam ser efetivamente sentidos.

As perspectivas do Fórum IBAS apresentam-se promissoras com propostas de cooperação em diversos setores desde agricultura, passando por energia, tecnologia e chegando às áreas da educação e cultura. Os três estados componentes do IBAS fizeram uma aposta ousada ao unirem-se em 2003, apesar de todas as críticas ao modelo e a escolha dos parceiros.

Cada um em si apresenta qualidades e vulnerabilidades, especificidades técnicas e políticas que os qualificam como *system-affecting states*¹², ou seja, Estados capazes de alterar setores regionais do sistema. A união dos três poderá transformá-los em atores ainda mais relevantes no sistema, cujo poder se refletirá em impactos sentidos em mais de uma região.

Para tanto, será exigido dos governos que

⁸ Vide glossário.

⁹ Vide glossário

¹⁰ Denominação dada aos representantes diplomáticos dos Estados responsáveis pela condução das ações do IBAS.

¹¹ Classificação dos acordos cuja quantidade de membros é variável, bem como o modo da assinatura dos acordos, podendo ser bilateral ou multilateral com a participação do todo ou parte dos membros.

¹² Classificação de Lima (2005).

esta estratégia se efetive como uma política de estado, ou seja, se mantenha mesmo com mudanças na condução política dos países. Já que os ganhos sistêmicos não são conquistados em curto prazo sem que haja uma forte mudança. Portanto, esta política de cooperação e desenvolvimento deve ser continuada de forma a imprimir seus benefícios ao longo dos anos.

Todavia, há claras indicações de que esta escolha vem se apresentando como eficiente. Cabe aos países, o sucesso a partir da continuidade de processo de ação e implementação deste modelo político. Os resultados favoráveis também estão vinculados à aceitação de que a política externa deve considerar o alcance dos interesses mais gerais do país, devendo ser considerada para além da política governamental, em que sua aplicação deve buscar alcançar os benefícios mais permanentes refletidos no interesse nacional.

Referência

SENNES, Ricardo. As mudanças da política externa brasileira nos anos 80 uma potência média recém industrializada. Porto Alegre, Ed. da UFRGS. 2003.

LIMA, Maria Regina Soares de. "A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul". Revista Brasileira de Política Internacional, ano 48, n. 1. Brasília: IBRI, pp. 24-59. 2005.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de. Onuki, Janina. Oliveira, Emmanuel de. "Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul." Contexto Internacional. vol. 28, n. 2, Rio de Janeiro, pp. 465-504. 2006.

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

Folha on line

<http://www.folha.com.br/>

Ministério das Relações Exteriores do Brasil

<http://www.mre.gov.br>

Ver Também:

10/06/2008: [Assinatura do Tratado Constitutivo da Unasul](#)

30/04/2008: [A questão da energia: a perspectiva brasileira](#)

10/04/2008: [Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana - IIRSA](#)

25/07/2007: [A Venezuela no Mercosul](#)

16/08/2006: [A inserção da Venezuela no Mercosul](#)

18/05/2006: [Nacionalização boliviana e a estratégia negociadora brasileira](#)

01/06/2006: [Brasil e o contexto sul-americano](#)

03/06/2005: [Cúpula América do Sul - Países Árabes](#)

17/12/2004: [O Mercosul e a integração física na América do Sul](#)

Centenário da imigração japonesa no Brasil

Resenha
Integração Regional
Marina Robspierre
01 de julho de 2008

Imigrantes japoneses vieram para o Brasil no começo do século XX devido ao grande crescimento populacional e a economia decadente no Japão, além da necessidade de mão-de-obra no Brasil.

No começo do século XX, em 1908, chegou ao Brasil o navio japonês, *Kasato Maru*, trazendo os primeiros imigrantes provenientes do Japão. Essa chegada foi resultado de negociações entre Japão e Brasil que se deram em função de fatos ocorridos ainda no século XIX conforme descreveremos abaixo e da Lei de Imigração e Colonização¹.

Em 1854, houve uma abertura forçada dos portos japoneses por parte dos navios americanos e ingleses². Uma crise interna se iniciou devido aos privilégios que haviam sido concedidos aos comerciantes estrangeiros. Anteriormente a esta data, tanto a cultura como a economia japonesa eram extremamente fechadas.

Já no Brasil, em 1888, com a abolição da escravidão, os produtores do café, produto mais rentável da época, viram-se sem a mão-de-obra que necessitavam para a produção cafeeira. A condição subumana a qual os cafeicultores submetiam seus escravos diminuísse a quantidade de mão-de-obra. Por isso os donos dos cafezais tiveram que buscar

imigrantes da Ásia, e não da Europa, pois a imagem do Brasil estava denegrida devido às condições de trabalho oferecida pelos cafeicultores aos imigrantes europeus.

Os europeus não aceitavam essas condições, enquanto o “o chim (orientais) é bom, obediente, ganha muito pouco, trabalha muito, apanha quando é necessário, e quando tem saudades da pátria enforca-se ou vai embora”, publicou o jornal Correio Paulistano no ano de 1892 para enfatizar a flexibilidade dos asiáticos com relação à submissão aos cafeicultores.

O Brasil se destacou dentre os outros países do mundo por ter uma infraestrutura satisfatória e devido ao apoio do governo de São Paulo à chegada de imigrantes à cidade de Santos, principalmente. Países como o Peru, que já haviam recebido imigrantes de vários locais do mundo anteriormente, não tinha estrutura básica por isso, outros países foram focados buscados pelo governo japonês.

Mesmo sem receptividade por parte dos brasileiros, os japoneses vieram em busca de trabalho no Brasil. O século XIX foi um período de intensa transformação no Japão, dada a transição de um país fechado, dominado pelos Xoguns³ outro

¹ Lei promulgada pelo governo brasileiro que permitiu migração entre o Japão e o Brasil.

² Devido às ameaças feitas por países ocidentais, como os Estados Unidos da América, o Tratado de Kanazawa foi assinado pelo Japão permitindo a abertura dos portos de Shomoda e Hakodate aos navios americanos.

³ O termo significa “general”, em português. Os Xoguns eram líderes militares que governavam

país, mais moderno, transformação ocorrida durante a Era Meiji⁴. Na primeira fase de estruturação política, o Japão era caracterizado pelo feudalismo que focava o cultivo de arroz num momento em que o ocidente investia em tecnologias e industrialização. Já no segundo período de mudança, houve várias modificações na sociedade e na economia, passando a modernização passou a ser o foco do governo japonês. Veio assim a industrialização, mas devido à grande taxa populacional, não havia trabalho para todos.

Além da modernização japonesa, outros fatos importantes que motivaram os imigrantes japoneses a se mudarem para o Brasil foram: o intenso crescimento populacional no Japão e a economia que se encontrava muito fraca, impedindo que houvesse emprego para todos.

A indústria bélica também se modernizou a ponto de fazer com que o Japão se tornasse uma potência no setor, se equiparando aos países ocidentais mais desenvolvidos. No entanto questões sociais foram deixadas de lado e a população intensa nas grandes cidades em função da industrialização fez com que o governo adotasse uma política de emigração.

Assim, dada a conjuntura econômica de pobreza na qual os cidadãos nipônicos atravessavam, vislumbrou-se como solução o trabalho em países estrangeiros como Austrália, Canadá, Estados Unidos, além de destino mesmo prováveis como Brasil e Peru.

Culturalmente, a chegada dos japoneses surpreendeu brasileiros que, até então, não tinham laços com os nipônicos.

Relatos da época afirmavam que todos os

imigrantes eram muito organizados, educados, higiênicos e a grande maioria, alfabetizada. “Os empregados da alfândega declaram que nunca viram gente que tenha, com tanta ordem e com tanta calma, assistido à conferência de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentira. Se esta gente, que é todo trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão asseada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonês um elemento de produção que nada deixará a desejar.”, disse o inspetor de imigrantes do Estado de São Paulo, Amândio Sobral em um artigo publicado no Correio Paulistano em 1908. Muitos concluíram que os japoneses não seriam inferiores, apenas diferentes dos brasileiros.

Empresas japonesas (em sua maioria, privadas), como a *Teikoku Imin Kaisha*, fizeram acordo com a Secretaria de Agricultura de São Paulo para que até 1910 o número de imigrantes chegasse a três mil. Os imigrantes buscavam trabalho para, no máximo em cinco anos, voltar em para o Japão com alguma economia. Entretanto, lhes foram impostas barreiras como as culturais e as lingüísticas, que dificultaram a produção de café em tão curto espaço de tempo.

A imagem que se fazia do Brasil e que tanto atraiu os japoneses se desfez quando esses chegaram às fazendas de café e se viram diante de condições precárias de moradia e alimentação. As instalações que receberam os imigrantes eram as antigas senzalas que abrigavam os escravos até 1888. Não havia sido feita nenhuma modificação e as condições de saneamento e estruturais eram subumanas. Doenças e conseqüentes mortes começaram a ser freqüentes devido à má alimentação e às condições em que viviam os recém-chegados imigrantes japoneses.

Conflitos eram intensos com relação à forma na qual os fazendeiros pressionavam e fiscalizavam o trabalho dos imigrantes. Dessa maneira, o risco que

o Japão impondo muitas regras e fazendo com que esse fosse um país fechado às mudanças tecnológicas que ocorriam no mundo.

⁴ Período entre o ano de 1868 a 1912 que modernizou o Japão, a partir da abertura comercial.

corriam de morrer e a miséria fizeram com que os imigrantes procurassem outros ofícios. No final de 1908, dos 781 japoneses que chegaram a terras brasileiras, apenas 359 estavam trabalhando em fazendas de café.

Assim, a imigração japonesa no Brasil passou a tomar um novo rumo. Empresas nipônicas de emigração passaram a comprar terrenos em matas brasileiras abertas e oferecê-las, com pagamento a prazo, para aqueles interessados em produção agrícola, formando então, colônias. Os imigrantes passavam então a produzir recursos bastante valorizados na época, como o arroz e algodão, de forma independente. Esse sistema de formação de colônias deu origem a algumas cidades no Brasil como Suzano e Registro (cidades paulistas), Assaí, no Paraná e Tomé-Açu no Pará.

As colônias foram formadas com características de sua terra natal. Associações que defendiam direitos da comunidade e escolas rurais para dar prosseguimento à cultura japonesa foram implementadas. Educação era um foco para os descendentes que trabalhavam no Brasil, pois esses tinham que estudar "para que quando regressassem ao Japão não passassem vexame.". Os japoneses que tinham filho no Brasil julgavam a falta de educação uma vergonha, principalmente se conseguissem voltar para o Japão depois de juntarem dinheiro. Além de terem melhorado a vida dos imigrantes no Brasil, o sistema de colonização também fez com que aumentasse o número de japoneses em estados brasileiros desses imigrantes em território brasileiro.

No entanto, acontecimentos históricos como a ditadura estabelecida pelo presidente Getúlio Vargas, em 1930, fizeram com que fossem impostas restrições à entrada de imigrantes no Brasil. Dessa maneira, período anterior à Segunda Grande Guerra também levou o governo brasileiro a se posicionar de tal forma que escolas de imigrantes

estrangeiros fossem fechadas. Assim, também foi durante a guerra (1939-1945) que, em função do apoio brasileiro aos Estados Unidos da América (EUA), fez com que as limitações aos imigrantes de nações inimigas dos estadunidenses fossem ainda mais prejudicadas sem poder tentar a vida em outros países. Os japoneses, como eram um dos principais rivais dos EUA⁵, não podiam ouvir rádio e não tinham mais jornal impresso para ficarem informados sobre o que acontecia na guerra.

Em 1941 chegava o último navio japonês ao Brasil. A partir dessa data, imigrantes japoneses não podiam entrar mais em terras brasileiras e aqueles que já estavam instalados em colônias receberam mandatos de evacuação, sendo obrigados a saírem de suas casas no prazo de seis horas devendo ser levados, em seguida, a fazendas isoladas no Brasil.

No ano seguinte, as relações diplomáticas entre Japão e Brasil foram rompidas e representantes japoneses desacreditados pelo governo brasileiro. Tal atitude ocorreu devido à retirada dos japoneses de terras brasileiras e fazendo, ainda, com que o sentimento de rejeição nos imigrantes fosse concretizado.

Por volta de 1945, o Japão passava por grandes dificuldades devido à ocupação militar estadunidense em seu território. Milhões de pessoas estavam desempregadas e a inflação dificultava ainda mais a recuperação da economia local.

A Guerra da Coreia⁶, iniciada em 1950,

⁵ Os Estados Unidos e o Japão eram rivais por ambos buscarem dominar a China. O Japão iniciou em 1950, uma guerra sino-japonesa e, em função disso, os EUA estabeleceram embargo ao Japão em produtos como o petróleo. Não houve negociação entre os dois países e, em 1941, os japoneses atacaram a base naval de Pearl Harbor, localizada numa ilha do Havaí, nos EUA.

⁶ Conflito Militar que se iniciou em 1950 que tinha, de um lado, a Coreia do Norte e a China, de outro, os EUA, Coreia do Sul e as forças das

ajudou na recuperação do Japão dada a grande demanda por produtos japoneses em geral, principalmente artigos que ajudavam na guerra como automóveis e caminhões. As exportações aumentaram em grande escala e até o ano de 1973, o Produto Interno Bruto (PIB) teve um crescimento médio de 10,5 % ao ano.

O investimento na educação foi um ponto de destaque para a recuperação japonesa. A obrigação do estudo fez com que o conhecimento dos novos trabalhadores fosse cada vez mais alto e qualificado, havendo, com isso um grande aumento da produtividade na indústria.

Indústrias de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e a indústria naval tiveram grande destaque na época em que o Japão se recuperava. O país se tornava, então, a terceira maior economia do mundo, superada apenas pelos Estados Unidos e pela União Soviética.

Em meados do século XX empresas japonesas se instalaram no Brasil. Um exemplo de destaque é a fábrica de automóveis Toyota. Trazida ao Brasil em 1958, a empresa automobilística teve sua primeira filial instalada no Brasil e atualmente tem grande colaboração na economia brasileira. Segundo o jornal Valor Econômico, a Toyota investirá US\$ 1 bilhão no Brasil para montagem de uma nova fábrica de carros compactos e outra de motores até o ano de 2010.

Nos anos entre 1960 e 1970 houve grande cooperação entre empresas japonesas e brasileiras. Vários setores como de aço e alumínio obtiveram investimentos em ambos países. Um exemplo da cooperação entre as duas nações foi o programa de melhora no Cerrado brasileiro que possibilitou desenvolvimento na região antes improdutiva além de favorecer o

Brasil a se tornar um dos maiores produtores de soja do mundo.

Desde o início do século XXI os dois países têm relações diplomáticas e muitos imigrantes japoneses permaneceram no Brasil, dando prosseguimento ao trabalho iniciado há um século por seus antepassados. Foram formados os nipo-brasileiros, fruto da miscigenação entre ambos os povos que ocorreu com mais frequência (61% entre os atuais descendentes japoneses no Brasil) na geração atual, nomeada a quarta geração. Já se calcula uma média de quase dois milhões de nipônicos em distintos estados brasileiros.

Até 2002 o Japão era o maior parceiro do Brasil na Ásia, mas, devido à ascensão da China, o governo brasileiro vem investindo nesse país que tem grande poder econômico e é de grande importância estratégica.

Com a flexibilização da cultura japonesa e o enfraquecimento da economia brasileira, grande número de brasileiros tem ido ao Japão em busca de trabalho. A situação atual se inverteu, se comparado ao século XIX e sendo dados aos imigrantes brasileiros ofícios básicos e sem grande especialização. Não há direitos trabalhistas aos nipo-brasileiros e de acordo com o presidente do Sindicato dos trabalhadores de Hamamatsu, Francisco Freitas, o trabalho é “perigoso e repetitivo”. Além disso, são várias horas de trabalho. Entretanto, conseguem uma remuneração que, para brasileiros que passam dificuldades no Brasil, é de grande valia.

Em 2004, o Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi, fez uma visita ao Brasil com objetivo de revitalizar as relações econômicas e diplomáticas que tinham anteriormente. Negociações surtiram efeito mesmo tendo a China como grande foco da política externa brasileira. No ano de 2008, o Príncipe-herdeiro Niruhito fez uma visita ao presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da

Nações Unidas. Ambos os lados lutavam pela totalidade do território coreano. Apesar de ter se tornado uma área desmilitarizada, a região permanece ainda com tensões entre a Coreia do Sul e a do Norte”.

Silva e participou das celebrações do centenário da imigração japonesa no Brasil.

Nesse contexto, o Brasil é o país que mais tem japoneses fora do Japão. A cultura e arte que trouxeram foram integradas à brasileira. Depois de cem anos de história, descendentes dos imigrantes que vieram no navio *Kasato Maru* e interessados na história japonesa, comemoram, em diversos lugares do país, através de selos e moedas alusivas ao centenário, entrega de medalha a personalidades que colaboraram para promoção das relações entre os dois países.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Estadão

<http://www.estadao.com.br>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

Cultura Japonesa

<http://www.culturajaponesa.com.br>

Embaixada Brasileira em Tóquio

<http://www.brasemb.or.jp/portugues/>

Ver Também:

27-10-2006: [Novo primeiro-ministro japonês: posturas, desafios e perspectivas.](#)

02-09-2005: [Reviravolta Política e Econômica no Japão](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profª. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Caroline Maia; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Eduardo Côrtes; Franceline Fukuda; Joana Laura Nogueira; Larissa Martins; Luísa Lima; Marina Robspierre.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itáú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

